



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CONTRATO Nº 08/2016
PROCESSO Nº 35663.000062/2016-78
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, POR MEIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUDESTE II, E A SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI, PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E ASSEIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS.

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, criado, na forma da autorização legislativa contida no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 e reestruturado conforme determinação contida no Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, inscrito no CNPJ/MF sob nº 29.979.036/1159-83, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, por sua SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUDESTE II, com sede na Avenida Amazonas, 266 – 14º andar, na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo Superintendente Regional - Substituto, o Sr. Valério José de Almeida Filho, designado pela Portaria/INSS nº 91 de 27.01.2016, publicada no DOU nº 19 de 28.01.2016, inscrito no CPF/MF sob nº 005.529.996-28 e portador da Cédula de Identidade RG nº M-7.997.948, expedida pela SSP/MG, e a empresa SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI, com sede na Rua Alvarenga, nº 361 – Dom Bosco, na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF nº 05.670.079/0001-81, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Diretor, Sr. Lindon Carlos Ferreira Lins, portador da Cédula de Identidade RG nº 864.051, expedida por SSP/DF e CPF/MF nº 316.180.491-00, tendo em vista a homologação do objeto do Pregão na Forma Eletrônica nº 09/2016, consoante o Processo nº 35663.000062/2016-78 e em observância ao disposto nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a execução, pela CONTRATADA, dos serviços de



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

limpeza, conservação e asseio, com fornecimento de materiais necessários, de forma contínua, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I, do Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2016, com a finalidade de atender às necessidades das Gerências Executivas e demais unidades jurisdicionadas à Superintendência Regional Sudeste II, no Estado de Minas Gerais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Integram este Contrato, independente de sua transcrição, o Edital de Licitação e a Proposta da CONTRATADA, datada de 06/10/2016, seus Anexos e demais elementos constantes do referido processo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente Contrato regula-se por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e, em especial, o Código Civil – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os serviços serão prestados mensalmente sob a forma de Execução Indireta e pelo regime de Empreitada Por Preço Global.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto deste Contrato, o valor mensal de R\$ 1.129.731,07 (um milhão cento e vinte e nove mil, setecentos e trinta e um reais e sete centavos), e global de R\$ 22.594.621,40 (vinte e dois milhões quinhentos e noventa e quatro mil, seiscentos e vinte e um reais e quarenta centavos) pelo período de 20 (vinte) meses, em conformidade com a proposta de preços, sendo esse valor o máximo que será pago após o início da execução em todas as unidades.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quaisquer tributos, encargos, custos ou despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta da CONTRATADA ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o serviço ser cumprido sem ônus adicional ao INSS.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso haja equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, a CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste Pregão, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 57, §1º, da Lei nº 8.666/93 (art. 23, da IN 02/2008).

PARÁGRAFO TERCEIRO - O disposto no parágrafo anterior se aplica ainda que se trate de eventos futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte (art. 23, §1º, da IN 02/2008).



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CONTRATO Nº 08/2016
PROCESSO Nº 35663.000062/2016-78
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, POR MEIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUDESTE II, E A SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI, PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E ASSEIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS.

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, criado, na forma da autorização legislativa contida no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 e reestruturado conforme determinação contida no Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, inscrito no CNPJ/MF sob nº 29.979.036/1159-83, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, por sua SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUDESTE II, com sede na Avenida Amazonas, 266 – 14º andar, na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo Superintendente Regional - Substituto, o Sr. Valério José de Almeida Filho, designado pela Portaria/INSS nº 91 de 27.01.2016, publicada no DOU nº 19 de 28.01.2016, inscrito no CPF/MF sob nº 005.529.996-28 e portador da Cédula de Identidade RG nº M-7.997.948, expedida pela SSP/MG, e a empresa SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI, com sede na Rua Alvarenga, nº 361 – Dom Bosco, na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF nº 05.670.079/0001-81, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Diretor, Sr. Lindon Carlos Ferreira Lins, portador da Cédula de Identidade RG nº 864.051, expedida por SSP/DF e CPF/MF nº 316.180.491-00, tendo em vista a homologação do objeto do Pregão na Forma Eletrônica nº 09/2016, consoante o Processo nº 35663.000062/2016-78 e em observância ao disposto nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a execução, pela CONTRATADA, dos serviços de



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

limpeza, conservação e asseio, com fornecimento de materiais necessários, de forma contínua, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I, do Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2016, com a finalidade de atender às necessidades das Gerências Executivas e demais unidades jurisdicionadas à Superintendência Regional Sudeste II, no Estado de Minas Gerais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Integram este Contrato, independente de sua transcrição, o Edital de Licitação e a Proposta da CONTRATADA, datada de 06/10/2016, seus Anexos e demais elementos constantes do referido processo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente Contrato regula-se por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e, em especial, o Código Civil – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os serviços serão prestados mensalmente sob a forma de Execução Indireta e pelo regime de Empreitada Por Preço Global.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto deste Contrato, o valor mensal de R\$ 1.129.731,07 (um milhão cento e vinte e nove mil, setecentos e trinta e um reais e sete centavos), e global de R\$ 22.594.621,40 (vinte e dois milhões quinhentos e noventa e quatro mil, seiscentos e vinte e um reais e quarenta centavos) pelo período de 20 (vinte) meses, em conformidade com a proposta de preços, sendo esse valor o máximo que será pago após o início da execução em todas as unidades.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quaisquer tributos, encargos, custos ou despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta da CONTRATADA ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o serviço ser cumprido sem ônus adicional ao INSS.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso haja equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, a CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste Pregão, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 57, §1º, da Lei nº 8.666/93 (art. 23, da IN 02/2008).

PARÁGRAFO TERCEIRO - O disposto no parágrafo anterior se aplica ainda que se trate de eventos futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte (art. 23, §1º, da IN 02/2008).



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PARÁGRAFO QUARTO - Os preços constantes da proposta anexa a este contrato são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

PARÁGRAFO QUINTO - A cotação na planilha de custos e formação de preços de itens concernentes à reserva técnica, supervisão, fiscalização, IRPJ, CSLL, capacitação, treinamento, reciclagem ou congêneres motivará a supressão unilateral do item da planilha e a consequente glosa de todos os pagamentos já realizados para custear esses itens.

PARÁGRAFO SEXTO - Para operacionalização da autoexecutoriedade do parágrafo anterior, os valores indevidamente pagos serão glosados/deduzidos durante a execução contratual, quando dos pagamentos ou da repactuação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários na planilha de custos e formação de preços. Portanto, em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

- a) Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- b) Cotação de percentual maior que o adequado: para atender as orientações dos Acórdãos TCU nº 3.037/2009-Plenário, nº 1.696/2010-2ª Câmara, nº 1.442/2010-2ª Câmara e nº 387/2010-2ª Câmara, o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa/dedução, quando do pagamento ou da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESPESA

A despesa com a execução dos serviços de que trata o objeto, correrá à conta do Orçamento do INSS, para o exercício de 2016, sob a seguinte classificação: - Programa de Trabalho: 110579; - Natureza da Despesa: 339037; - Fonte de Recursos: 0250570202, - PI: LIMP.

PARÁGRAFO ÚNICO - A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento desta finalidade, a ser consignada ao INSS, pela Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA QUARTA - DO EMPENHO DA DESPESA

Os recursos necessários ao atendimento da despesa inerente ao presente Contrato estão regularmente inscritos na Nota de Empenho nº 2016NE800613, de



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

31/10/2016, no valor de R\$ 640.180,94 (seiscentos e quarenta mil, cento e oitenta reais e noventa e quatro centavos), correspondente ao período de 03.11.2016 a 19.11.2016 do exercício em curso, devendo ser reforçada quando necessário.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se a vigência contratual estender-se para o exercício subsequente, será emitida nova nota de empenho.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato é de 03/11/2016 a 03/07/2018, correspondente a 20 (vinte) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma estabelecida no art. 57, inc. II da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caráter excepcional, devidamente justificado no processo e mediante autorização da autoridade superior (indicar a autoridade), o prazo de que trata o parágrafo anterior poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses, na forma estabelecida no art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO QUARTO - A prorrogação somente poderá ocorrer desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- I - os serviços tenham sido prestados regularmente;
- II - a Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- III - o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- e
- IV - a contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

PARÁGRAFO QUINTO - Quando da prorrogação contratual, o INSS:

I – realizará pesquisas de preços e assegurar-se-á de que os preços contratados continuam compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa em relação à realização de uma nova licitação, quando não puder ser demonstrada a vantajosidade da prorrogação nos termos do Parágrafo Sexto;

II – realizará negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação;

III - A pelo menos 60 (sessenta) dias do término da vigência deste instrumento, o INSS expedirá comunicado à CONTRATADA para que esta manifeste, dentro de 03 (três) dias, contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato;

IV - Se positiva a resposta da CONTRATADA, o INSS providenciará, no devido tempo, o respectivo Termo Aditivo;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

V - Esta resposta terá caráter irretratável e, portanto, a CONTRATADA dela não poderá, após expressa manifestação neste sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão;

VI - Eventual desistência da CONTRATADA após expressa manifestação de interesse na prorrogação contratual ensejará pelo INSS a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Décima Quinta, inciso IV, do presente Contrato;

VII - Caso a CONTRATADA manifeste, num primeiro momento, por não ter interesse em prorrogar o Contrato e posteriormente venha a se retratar, demonstrando vontade de prorrogá-lo, fica a critério do INSS, como faculdade e prerrogativa, proceder à prorrogação ou dar curso a novo processo de licitação.

PARÁGRAFO SEXTO – A vantajosidade econômica para prorrogação será aferida mediante pesquisa de preços nos termos da Instrução Normativa/SLTI nº 5/2014, que poderá ser dispensada, nos termos do art. 30-A, §2º, da Instrução Normativa SLTI nº 02/2008 e da Cláusula Décima Quarta deste Contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O INSS não prorrogará o Contrato quando:

I - os preços estiverem superiores aos estabelecidos como limites pelas Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços; ou

II – a CONTRATADA tiver sido declarada inidônea pela Administração Pública, impedida de participar de procedimentos licitatórios ou contratar no âmbito da Administração Pública Federal ou, ainda, suspensa no âmbito do INSS, enquanto perdurarem os efeitos.

PARÁGRAFO OITAVO - O início da execução do objeto do contrato dar-se-á após a assinatura deste contrato, nas Gerências Executivas vinculadas à Superintendência Regional Sudeste II e nas unidades de sua abrangência a partir de:

- a) 03/11/2016 na Gerência Executiva do INSS em Divinópolis e suas unidades vinculadas, com exceção da APS Itapecerica em que a execução do objeto dar-se-á a partir de comunicação formal do contratante à contratada;
- b) 04/11/2016 na Gerência Executiva do INSS em Teófilo Otoni e suas unidades vinculadas;
- c) 07/11/2016 na Gerência Executiva do INSS em Montes Claros e suas unidades vinculadas;
- d) 15/12/2016 na Gerência Executiva do INSS em Varginha e suas unidades vinculadas;
- e) 21/12/2016 na Gerência Executiva do INSS em Uberaba e suas unidades vinculadas;
- f) 10/01/2017 na Gerência Executiva do INSS em Barbacena e suas unidades vinculadas;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

- g) 23/01/2017 na Gerência Executiva do INSS em Contagem e suas unidades vinculadas, com exceção da APS Pompéu em que a execução do objeto dar-se-á a partir do dia 07/11/2016;
- h) 01/02/2017 na Gerência Executiva do INSS em Poços de Caldas e suas unidades vinculadas;
- i) 27/03/2017 na Gerência Executiva do INSS em Belo Horizonte e suas unidades vinculadas;
- j) 27/03/2017 na Gerência Executiva do INSS em Juiz de Fora e suas unidades vinculadas;
- k) 01/06/2017 na Gerência Executiva do INSS em Diamantina e suas unidades vinculadas;
- l) 19/06/2017 na Gerência Executiva do INSS em Uberlândia e suas unidades vinculadas;
- m) 11/05/2017 na Gerência Executiva do INSS em Governador Valadares e suas unidades vinculadas;
- n) 01/09/2017 na Gerência Executiva do INSS em Ouro Preto e suas unidades vinculadas;

PARÁGRAFO NONO - Admitir-se-á a prorrogação do prazo de início e da execução, mantidas as demais cláusulas do Contrato e desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pelo INSS;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Contrato;

III - impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo INSS em documento contemporâneo à sua ocorrência;

IV- interrupção da execução do Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do INSS;

V - aumento das quantidades inicialmente previstas no Contrato, nos limites permitidos por lei;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo do INSS, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do Contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

PARÁGRAFO DÉCIMO A prorrogação do Contrato, quando demonstrada a vantajosidade para o INSS, deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da consultoria jurídica.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do INSS, contados da data da assinatura do contrato, o licitante vencedor prestará garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, podendo optar por quaisquer das seguintes modalidades (§ 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93):

I - Caução em Dinheiro – a garantia em dinheiro deverá ser efetuada, obrigatoriamente, na Caixa Econômica Federal (Decreto-Lei nº 1.737/79, art. 1º, inciso IV), pelo interessado, em conta específica em favor do contratante, com correção monetária, vinculada ao INSS;

II – Caução em Títulos da Dívida Pública – o depósito em títulos da dívida pública será efetuado em conta de custódia, aberta na Caixa Econômica Federal, vinculada ao INSS, devidamente escriturados em sistema centralizado de liquidação e custódia, considerados, obrigatoriamente, por seu valor econômico informado pelo Tesouro Nacional;

III – Fiança Bancária – será realizada mediante entrega de carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei nº 6.015/73, art. 129 e deverá vir acompanhada de:

- a) cópia autenticada do estatuto social do banco;
- b) cópia autenticada da ata da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;
- c) cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;
- d) reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

IV – Seguro Garantia – será realizado mediante a entrega da apólice, inclusive digital, emitida por empresa em funcionamento no Brasil, legalmente autorizada, sendo o INSS o único beneficiário do seguro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia prestada por fiança bancária ou seguro-garantia deverá ser renovada anualmente, no mesmo percentual estipulado no *caput* desta cláusula, devidamente atualizada.*

PARÁGRAFO TERCEIRO - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo seguinte, observada a legislação que rege a matéria.*

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:*

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

PARÁGRAFO QUINTO - O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*

PARÁGRAFO SEXTO - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

PARÁGRAFO SÉTIMO - Atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO OITAVO - A garantia deve ter validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação e complementada a cada alteração contratual que implique em alteração do valor da contratação.

PARÁGRAFO NONO - Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação não seja comprovado até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas diretamente pelo INSS.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A garantia será considerada extinta:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

b) após o término da vigência do contrato acrescido de 3 (três) meses.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O prazo de extinção da garantia poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO A perda da garantia em favor do INSS, em decorrência de rescisão unilateral do contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A garantia somente será liberada após o perfeito e integral cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento de todas obrigações contratuais, incluindo o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas e previdenciárias.*



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.*

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A garantia prevista nesta Cláusula somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa/SLTI nº 2/2008, observada a legislação que rege a matéria.*

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A CONTRATADA autoriza o INSS a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista nesta Cláusula Contratual.*

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A descrição dos serviços consta do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

PARÁGRAFO ÚNICO - De acordo com os totais de cada tipo de área e com os respectivos índices de produtividade constantes da proposta vencedora, a Contratada deverá manter em Contrato o seguinte quantitativo de funcionários:

LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	Postos Servente	Postos Encarregado
SR II E GEX BELO HORIZONTE	28	2
GEXBHZ - ALMOXARIFADO	1	-
GEXBHZ – ARTE GRÁFICA E TRANSPORTES	1	-
GEXBHZ – CEDOCPREV	3	-
GEXBHZ – RESERVA TÉC PRUDENTE DE MORAES	1	-
APS BARREIRO	2	-
APS FLORESTA	2	-
APS OESTE	2	-



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

APS CALAFATE	2	-
APS PE EUSTÁQUIO-2 E 3 andar	3	-
GEXBHZ – RESERVA TEC PE EUSTÁQUIO 4 E 5 andar	2	-
APS SANTA EFIGÊNIA	2	-
APS SUL	2	-
APS VENDA NOVA	2	-
GEX E APS BARBACENA	5	-
APS CONGONHAS	3	-
APS OURO BRANCO	1	-
APS SANTOS DUMONT	1	-
APS SÃO JOÃO DEL REI	5	-
APS VIÇOSA	2	-
APS CONSELHEIRO LAFAIETE	4	-
APS CARANDAÍ	1	-
APS UBÁ	3	-
APS VISCONDE DO RIO BRANCO	1	-
GEX CONTAGEM	6	-
APS BETIM	2	-
APS PEDRO LEOPOLDO	1	-
APS RIBEIRÃO DAS NEVES	1	-
APS SANTA LUZIA	2	-
APS SETE LAGOAS	4	-
APS VESPASIANO	1	-



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

APS BRUMADINHO	1	-
APS MATOZINHOS	1	-
APS IBIRITÉ	1	-
APS LAGOA SANTA	1	-
APS CONTAGEM	3	-
APS SARZEDO	1	-
APS ESMERALDAS	1	-
APS POMPÉU	1	-
GEX/APS MONTES CLAROS	4	-
APS BOCAIÚVA	1	-
APS ESPINOSA	1	-
APS JANAÚBA	1	-
APS JANUÁRIA	1	-
APS PIRAPORA	2	-
APS SÃO FRANCISCO	1	-
APS SALINAS	1	-
APS BRASÍLIA DE MINAS	1	-
APS CORAÇÃO DE JESUS	1	-
APS RIO PARDO DE MINAS	1	-
APS MANGA	1	-
APS TAIÓBEIRAS	1	-
APS SÃO JOÃO DO PARAÍSO	1	-
APS VÁRZEA DA PALMA	1	-



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

APS PORTEIRINHA	1	-
APS MONTE AZUL	1	-
APS JAÍBA	1	-
APS SÃO JOÃO DA PONTE	1	-
GEX OURO PRETO / APS ITABIRITO	3	-
APS BARÃO DE COCAIS	1	-
APS CAETÉ-TANCREDO NEVES	2	-
APS ITABIRA	2	-
APS JOÃO MONLEVADE	1	-
APS MARIANA	1	-
APS NOVA LIMA	1	-
APS OURO PRETO	2	-
APS PONTE NOVA	2	-
APS SABARÁ	1	-
APS RAUL SOARES	1	-
APS NOVA ERA	1	-
APS RAPOSOS	1	-
APS SANTA BÁRBARA	1	-
GEX POÇOS DE CALDAS (CEDOCPREV)	5	-
APS GUAXUPÉ	2	-
APS ITAJUBÁ	1	-
APS MACHADO	1	-
GEX / APS POÇOS DE CALDAS	5	-



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

APS POUSO ALEGRE	4	-
APS CAMBUÍ	1	-
APS MUZAMBINHO	1	-
APS OURO FINO	1	-
APS SANTA RITA DO SAPUCAÍ	1	-
APS ANDRADAS	1	-
APS EXTREMA	1	-
APS JACUTINGA	1	-
GEX DIVINÓPOLIS	3	-
APS DIVINÓPOLIS	2	-
APS BOM DESPACHO	1	-
APS FORMIGA	2	-
APS ITAÚNA	3	-
APS OLIVEIRA	1	-
APS PARÁ DE MINAS	3	-
APS PASSOS	2	-
APS SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	1	-
APS ABAETÉ	1	-
APS BAMBUÍ	1	-
APS CÁSSIA	1	-
APS DORES DO INDAÍÁ	1	-
APS ITAPECERICA	1	-
APS LAGOA DA PRATA	1	-



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

APS PITANGUI	1	-
APS PIUMHI	1	-
APS NOVA SERRANA	1	-
APS ARCOS	1	-
APS CLÁUDIO	1	-
APS MONTE SANTO DE MINAS	1	-
APS MATEUS LEME	1	-
APS SANTO ANTÔNIO DO MONTE	1	-
GEX GOVERNADOR VALADARES	4	-
APS AIMORÉS	1	-
APS CARATINGA	1	-
APS CORONEL FABRICIANO	1	-
APS GOVERNADOR VALADARES	2	-
APS IPATINGA	4	-
APS MANHUAÇU	1	-
APS PEÇANHA	1	-
APS TIMÓTEO	1	-
APS INHAPIM	1	-
APS MANTENA	1	-
APS CONSELHEIRO PENA	1	-
APS MANHUMIRIM	1	-
APS MUTUM	1	-
APS SANTA MARIA DO SUAÇUI	1	-



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

APS SÃO JOÃO EVANGELISTA	1	-
APS BELO ORIENTE	1	-
CEDOPREV AIMORÉS	1	-
GEX/APS JUIZ DE FORA	9	-
APS CARANGOLA	3	-
APS CATAGUASES	4	-
APS JUIZ DE FORA – SÃO DIMAS	1	-
APS JUIZ DE FORA – LARGO DO RIACHUELO	2	-
APS LEOPOLDINA	3	-
APS MURIAÉ	1	-
APS ALÉM PARAÍBA	1	-
APS PALMA	1	-
APS RECREIO	1	-
APS SÃO JOÃO NEPOMUCENO	1	-
APS JUIZ DE FORA – MORRO DA GLÓRIA	2	-
APS ESPERA FELIZ	1	-
GEX/APS UBERLÂNDIA	7	-
APS ARAGUARI	4	-
APS ITUIUTABA	3	-
APS MONTE CARMELO	1	-
APS CAMPINA VERDE	1	-
APS ITURAMA	1	-
APS PRATA	1	-



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

APS TUPACIGUARA	1	-
GEX/APS UBERABA	5	-
APS ARAXÁ	2	-
APS FRUTAL	1	-
APS PATOS DE MINAS	3	-
APS PATROCÍNIO	1	-
APS PARACATU	1	-
APS COROMANDEL	1	-
APS JOÃO PINHEIRO	1	-
APS IBIÁ	1	-
APS CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	1	-
APS SACRAMENTO	1	-
APS CARMO DA PARANAÍBA	1	-
APS SÃO GOTARDO	1	-
CEDOCPREV UBERABA	1	-
GEX VARGINHA	3	-
APS ALFENAS	2	-
APS CAMPO BELO	1	-
APS CAXAMBÚ	1	-
APS LAVRAS	3	-
APS SÃO LOURENÇO	2	-
APS TRÊS CORAÇÕES	1	-
APS TRÊS PONTAS	1	-



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

APS VARGINHA	2	-
APS BOA ESPERANÇA	1	-
APS CAMPOS GERAIS	1	-
APS SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ	1	-
APS NEPOMUCENO	1	-
APS ELOI MENDES	1	-
GEX/APS DIAMANTINA	4	-
APS CORINTO	1	-
APS CURVELO	4	-
APS CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO	1	-
APS GUANHÃES	1	-
APS MINAS NOVAS	1	-
APS CAPELINHA	1	-
APS TRÊS MARIAS	1	-
APS SERRO	1	-
APS ITAMARANDIBA	1	-
GEX/APS TEÓFILO OTONI	4	-
APS ALMENARA	1	-
APS MEDINA	1	-
APS NANUQUE	1	-
APS PEDRA AZUL	1	-
APS ARAÇUAÍ	2	-
APS ÁGUAS FORMOSAS	1	-



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

APS JEQUITINHONHA	1	-
APS ITAMBACURI	1	-
APS ITAOBIM	1	-
APS CARLOS CHAGAS	1	-
APS CARAÍ	1	-
APS NOVO CRUZEIRO	1	-
CEDOCPREV TEÓFILO OTONI	2	-
TOTAIS	357	2

CLÁUSULA OITAVA - DOS LOCAIS ONDE SERÃO EXECUTADOS OS SERVIÇOS

A CONTRATADA prestará os serviços de limpeza e conservação em todas as instalações das unidades subordinadas desta Superintendência Regional SRII no Estado de Minas Gerais:

GERÊNCIA	MUNICÍPIO	ÁREA INTERNA REAL	ÁREA INTERNA UTILIZADA CONFORME PRODUTIVIDADE	ÁREA INTERNA ALMOXARIFADO	ÁREA EXTERNA PRODUTIVIDADE 6000	ESQUADRIA SEM RISCO	ESQUADRIA/ ENVIDRAÇADA COM RISCO
BELO HORIZONTE	SR II e GEXBHZ - Sede	16.136,13	16.136,13		522,68	2.802,89	2.802,89
	GEXBHZ - Almocharifado			1.845,15		32,31	
	GEXBHZ - Artes Gráficas e Setor de transportes			793,69	1.640,98	145,78	
	GEXBHZ - CEDOCPREV			3.798,95	1.646,97	598,54	
	GEXBHZ - RESERVA TÉCNICA Av Prudente de Moraes 451			861,35			
	Agência Barreiro	1.179,90	1.179,90		20,00	355,45	355,45
	Agência Floresta	1.040,68	1.040,68		379,09	58,80	
	Agência Oeste	958,86	958,86		49,62	140,54	
	APS Calafate	1.064,49	1.064,49		1.907,54	236,07	
	APS Pe Eustáquio - 2 e 3 andar	1.962,14	1.962,14			472,14	1190,65



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

	EXBHZ - RESERVA TÉCNICA Rua Pe Eustáquio 4 e 5 andar			1.961,18		472,14	
	Agência Santa Efigênia	1.245,35	1.245,35			186,86	
	Agência Sul	993,08	993,08		23,98	160,30	
	Agência Venda Nova	1.446,65	1.446,65		124,33	167,06	167,06
BARBACENA	Gerência - Executiva e APS Barbacena	2.710,00	2.710,00		340,26	166,72	
	APS Congonhas	1.469,64	1.469,64		686,57	480,00	
	APS Conselheiro Lafaiete	2.493,00	2.493,00		1.180,00	368,66	140,00
	APS Ouro Branco	600,00	600,00				
	APS Santos Dumont	641,08	641,08				
	APS São João Del Rei	2.977,22	2.977,22		471,00	527,86	
	APS Ubá	1.921,10	1.921,10		600,00	475,00	
	APS Viçosa	927,96	927,96			70,26	
	APS Visconde do Rio Branco	600,00	600,00				
	APS Carandaí	600,00	600,00				
CONTAGEM	Gerência Executiva Contagem	2.750,00	2.750,00	550,53	1.062,30	1.159,66	
	APS Betim	900,00	900,00		1.114,00	229,00	
	APS Pedro Leopoldo	682,50	682,50		498,30	359,04	
	APS Ribeirão das Neves	641,27	641,27				
	APS Santa Luzia	923,33	923,33		713,00	159,20	
	APS Sete Lagoas	2.422,26	2.422,26			692,62	
	APS Vespasiano	708,70	708,70			311,17	
	APS Brumadinho	600,00	600,00				
	APS Matozinhos	600,00	600,00				
	APS Ibirité	749,92	749,92				
	APS Lagoa Santa	330,00	600,00				
	APS Contagem	1.411,50	1.411,50		1.784,54	125,24	
	APS Sarzedo	293,08	600,00		364,91	121,64	
	APS Esmeraldas	290,61	600,00		484,98	121,64	
	APS Pompéu	292,31	600,00		430,00	126,96	
	Gerência - Executiva Divinópolis	1.351,35	1.351,35	363,45	374,83	505,00	
DIVINÓPOLIS	APS Divinópolis	1.081,50	1.081,50		175,00	120,00	
	APS Bom Despacho	600,00	600,00				
	APS Formiga	669,30	669,30	669,30	354,00	383,86	
	APS Itaúna	697,00	697,00	2.091,00	478,00	904,75	
	APS Oliveira	707,32	707,32		1.120,68		
	APS Pará de Minas	967,60	967,60	967,65	487,05	1.198,42	
	APS Passos	929,30	929,30	464,60	408,89	542,88	
	APS São	650,00	650,00				



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

	Sebastião do Paraíso					
	APS Abaeté	600,00	600,00			
	APS Bambuí	600,00	600,00			
	APS Cássia	600,00	600,00			
	APS Dolores do Indaia	600,00	600,00			
	APS Itapeceira	600,00	600,00			
	APS Lagoa da Prata	600,00	600,00			
	APS Pitangui	600,00	600,00			
	APS Piumhi	600,00	600,00			
	APS Nova Serrana	600,00	600,00			
	APS Arcos	600,00	600,00			
	APS Cláudio	600,00	600,00			
	APS Monte Santo de Minas	600,00	600,00			
	APS Mateus Leme	600,00	600,00			
	APS Santo Antonio do Monte	600,00	600,00			
GOVERNADOR VALADARES	Gerência Executiva Governador Valadares	2.009,74	2.009,74		827,62	524,51
	APS Aimorés	522,00	600,00		982,62	114,75
	APS Caratinga	706,42	706,42			23,00
	APS Coronel Fabriciano	620,00	620,00		850,00	95,75
	APS Governador Valadares	1.079,03	1.079,03			148,58
	APS Ipatinga	1.994,00	1.994,00		1.704,00	237,38
	APS Manhuaçu	600,00	600,00			
	APS Peçanha	600,00	600,00			
	APS Timóteo	613,26	613,26			
	APS Inhapim	600,00	600,00			
	APS Mantena	600,00	600,00			
	APS Conselheiro Pena	600,00	600,00			
	APS Manhumirim	600,00	600,00			
	APS Mutum	600,00	600,00			
	APS Santa Maria do Suaçuí	600,00	600,00			
	APS São João Evangelista	260,04	600,00			
	APS Belo Oriente	330,00	600,00			
	CEDOCPREV-Aimorés	712,00		1350,00		
JUIZ DE FORA	Gerência Executiva Juiz de Fora	5.061,00	5.061,00		464,00	
	APS Carangola	1.760,00	1.760,00			
	APS Cataguases	2.097,00	2.097,00		304,00	
	APS Juiz de Fora-São Dimas	814,00	814,00			
	APS Juiz de Fora-Largo do Riachuelo	1.319,00	1.319,00		311,00	



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

	APS Leopoldina	1.992,00	1.992,00		370,00		
	APS Muriaé	894,59	894,59				
	APS Além Paraíba	600,00	600,00				
	APS Palma	600,00	600,00				
	APS Recreio	600,00	600,00				
	APS São João Nepomuceno	739,00	739,00		1.200,00		
	APS Juiz de Fora – Morro da Glória	1.231,00	1.231,00				
	APS Espera Feliz	600,00	600,00				
MONTES CLAROS	GEX/APS Montes Claros	2416,70	2416,70		508,00	220,00	
	APS Espinosa	299,00	600,00				
	APS Janaúba	358,15	600,00				
	APS Januária	497,80	600,00				
	APS Bocaiúva	289,50	600,00				
	APS Pirapora	1071,20	1071,20		372,00	898,00	73,00
	APS São Francisco	318,00	600,00			224,00	
	APS Salinas	261,80	600,00				
	APS Brasília de Minas	347,23	600,00				
	APS Coração de Jesus	330,00	600,00		173,00	254,66	
	APS Rio Pardo de Minas	160,00	600,00				
	APS Manga	125,50	600,00				
	APS Taiobeiras	367,00	600,00				
	APS São João do Paraíso	422,00	600,00				
	APS Várzea da Palma	402,00	600,00				
	APS Porteirinha	330,00	600,00				
	APS Monte Azul	330,00	600,00				
	APS Jaíba	330,00	600,00				
	APS São João da Ponte	330,00	600,00				
OURO PRETO	Gerência - Executiva Ouro Preto / APS Itabirito	1.442,00	1.442,00		470,00	528,00	
	APS Barão de Cocais	458,00	600,00				
	APS Caeté-Tancredo Neves	696,00	696,00		1.990,00	137,00	
	APS Itabira	727,00	727,00		1.410,00	413,00	
	APS João Monlevade	695,00	695,00			199,00	
	APS Mariana	278,00	600,00				
	APS Nova Lima	825,00	825,00				
	APS Ouro Preto	850,00	850,00		1.294,00	42,00	
	APS Ponte Nova	982,00	982,00			120,00	
	APS Sabará	408,00	600,00				
	APS Raul Soares	325,00	600,00				
	APS Nova Era	428,00	600,00				
	APS Raposos	86,00	600,00				



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

	APS Santa Barbara	300,00	600,00				
POÇOS DE CALDAS	Gerência Executiva Poços de Caldas (Cedocprev)	2.744,00	2.744,00		2.420,00		
	APS Guaxupé	1.065,00	1.065,00		464,00	280,00	
	APS Itajubá	826,00	826,00		210,00		
	APS Machado	600,00	600,00				
	APS/GEX Poços de Caldas	2.780,00	2.780,00		754,00	754,00	
	APS Pouso Alegre	1.985,00	1.985,00		889,00	2.000,00	
	APS Cambuí	600,00	600,00				
	APS Muzambinho	600,00	600,00				
	APS Ouro Fino	600,00	600,00				
	APS Santa Rita do Sapucaí	600,00	600,00				
	APS Andradas	600,00	600,00				
	APS Extrema	600,00	600,00				
	APS Jacutinga	600,00	600,00				
UBERABA	Gerência Executiva e APS Uberaba e arquivo processos da APS Uberaba	2.688,72	2.688,72	194,00	879,38	548,10	
	APS Araxá	958,50	958,50		220,75	154,47	
	APS Frutal	563,00	600,00		487,00	18,30	
	APS Patos de Minas	1.609,00	1.609,00		256,00		476,42
	APS Patrocínio	621,32	621,32				
	APS Paracatu	348,10	600,00				
	APS Coromandel	330,00	600,00				
	APS João Pinheiro	365,11	600,00				
	APS Ibiá	330,00	600,00				
	APS Conceição das Alagoas	330,00	600,00				
	APS Sacramento	330,00	600,00				
	APS Carmo do Paranaíba	330,00	600,00				
	APS São Gotardo	330,00	600,00				
	CEDOCPREV Uberaba avenida Tônico			1.440,00			
UBERLÂNDIA	Gerência Executiva Uberlândia						
	APS Araguari	2.140,19	2.140,19		1.114,97	416,92	
	APS Ituiutaba	1.572,00	1.572,00		1.101,00	171,90	
	APS Monte Carmelo	378,06	600,00				
	APS Uberlândia + GEX Uberlândia	4.029,40	4.029,40		212,00	550,00	
	APS Campina Verde	139,00	600,00				
	APS Iturama	501,51	600,00				
	APS Prata	340,00	600,00				



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

	APS Tupaciguara	209,50	600,00				
VARGINHA	Gerência Executiva Varginha	1.599,84	1.599,84		809,61	834,38	
	APS Alfenas	1.094,89	1.094,89		1.691,16	420,11	
	APS Campo Belo	503,41	600,00		85,97	66,68	
	APS Caxambu	590,59	600,00		29,91	94,58	
	APS Lavras	1.218,51	1.218,51	403,72	655,11	501,89	
	APS São Lourenço	1.081,28	1.081,28	152,96	774,35	911,55	
	APS Três Corações	470,77	600,00			117,95	
	APS Três Pontas	538,21	600,00		1.161,79	278,50	
	APS Varginha	978,09	978,09			469,86	
	APS Boa Esperança	354,84	600,00		14,12	70,83	
	APS Campos Gerais	330,00	600,00		693,00	230,57	
	APS São Gonçalo do Sapucaí	330,00	600,00		670,00	230,57	
	APS Nepomuceno	330,00	600,00		594,00	230,57	
	APS Eloi Mendes	300,00	600,00		685,00	230,57	
DIAMANTINA	Gerência e APS Diamantina	1.974,38	1.974,38		893,08	628,32	
	APS Corinto	600,00	600,00				
	APS Curvelo	2.024,09	2.024,09		949,27	1.168,00	
	APS Conceição do Mato Dentro	600,00	600,00				
	APS Guanhães	600,00	600,00				
	APS Minas Novas	600,00	600,00				
	APS Capelinha	600,00	600,00				
	APS Três Marias	600,00	600,00				
	APS Serro	600,00	600,00				
	APS Itamarandiba	600,00	600,00				
TEÓFILO OTONI	Gerência Executiva e APS Teófilo Otoni	2.319,65	2.319,65		569,24	1.663,21	
	APS Almenara	720,00	720,00				
	APS Medina	421,50	600,00				
	APS Nanuque	575,64	600,00				
	APS Pedra Azul	375,00	600,00				
	APS Araçuaí	951,92	951,92				
	APS Águas Formosas	330,00	600,00				
	APS Jequitinhonha	330,00	600,00				
	APS Itambacuri	330,00	600,00				
	APS Itaobim	330,00	600,00				
	APS Carlos Chagas	330,00	600,00				
	APS Carai	330,00	600,00				
	APS Novo Cruzeiro	330,00	600,00				
	CEDOCPREV Teófilo Otoni			2.102,50	843,50		
TOTAL		182.434,61	192.226,85	20.010,03	52.800,95	32.199,92	5205,47



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cabe à CONTRATADA a perfeita execução do objeto contratado dentro das exigências da Lei nº 8.666/93, da boa-fé exigida na norma civil e ainda:

- a)** A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto contratado;
- b)** No caso de fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, o INSS deverá ser comunicado por escrito sobre estas mudanças, e só aceitará a nova empresa se destas transformações não resultarem prejuízos à execução dos serviços, mantidas as condições de habilitação e a manutenção das condições estabelecidas no Contrato original;
- c)** Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente do trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre os serviços objeto do Contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo CONTRATANTE, exceto com relação aos tributos e contribuições que serão recolhidos pelo CONTRATANTE no ato do pagamento;
- d)** Elaborar Folha de Pagamento e Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, distintas e exclusivas para os seus empregados cuja mão-de-obra será cedida ao CONTRATANTE para execução dos serviços objeto do Contrato, na forma da Lei nº 8.212, de 24 de junho de 1.991 e alterações posteriores, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 e alterações e Instrução Normativa RFB Nº 971, DE 13 de novembro de 2009 ou outra norma que a substitua;
- e)** Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho de seu pessoal e providenciar para que todos os seus empregados, nos locais de trabalho, cumpram as normas internas do CONTRATANTE;
- f)** A CONTRATADA é responsável pela formação e reciclagem dos seus empregados, utilizados na execução dos serviços, em conformidade com as normas que regulam a atividade devendo, quando requerido pelo CONTRATANTE, apresentar a comprovação de habilitação dos empregados;
- g)** Zelar pela discricção e integridade durante a execução dos serviços;
- h)** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sob todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

conhecimento em razão da execução do objeto desse contrato, devendo orientar os empregados nesse sentido;

i) Assegurar ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações que atentem contra a sua segurança ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do CONTRATANTE eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades provenientes do Contrato;

j) Caso a CONTRATADA tenha que refazer qualquer serviço não executado a contento, correrão por sua conta as despesas necessárias;

k) Assumir a responsabilidade integral e ilimitada pela vinculação trabalhista, exclusiva dos seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do Contrato, nas dependências do CONTRATANTE;

l) A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente ao CONTRATANTE, sempre por escrito, a relação dos seus empregados que executarão os serviços objeto do Contrato, procedendo de igual forma nos casos de substituição;

m) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer da execução deste Contrato ou em conexão com eles, ainda que acontecido na dependência do CONTRATANTE;

n) Fornecer ao CONTRATANTE ou seu preposto, toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto da contratação, bem como, facilitar-lhe a fiscalização da execução dos serviços, cuja omissão na fiscalização não diminui ou substitui a responsabilidade da empresa, decorrente das obrigações pactuadas;

o) A CONTRATADA deverá manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pelo CONTRATANTE, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações do CONTRATANTE;

p) O CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da mesma, que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas, bem como o que apresente qualificação inadequada ou inabilitada para prestação dos serviços;

q) A CONTRATADA obriga-se a relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada durante a execução dos serviços;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

- r)** A CONTRATADA obriga-se a apresentar, previamente, se assim exigida pelo CONTRATANTE, a documentação que julgar necessária para comprovação da idoneidade e da qualificação profissional da mão-de-obra indicada para prestação dos serviços, inclusive carteira profissional devidamente preenchida, carteira de saúde atualizada periodicamente e ficha individual completa, da qual constarão todos os elementos necessários à perfeita identificação de cada profissional;
- s)** À CONTRATADA fica expressamente proibido o aproveitamento de servidores do INSS, para execução dos serviços objeto do Contrato e de acordo com o art. 7º do Decreto nº 7.203, de 04.06.2010, fica vedada a contratação de familiar para prestação de serviços no INSS onde o agente público exerça cargo em comissão ou função de confiança;
- t)** A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, a cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- u)** A CONTRATADA se obriga a operar e agir com organização completa, fornecendo a mão-de-obra necessária à execução dos serviços objeto do Contrato, realizando, também, todas as atividades inerentes à direção, coordenação, fiscalização, administração e execução dos serviços;
- v)** Apresentar, até a data prevista para implantação dos serviços, planilha contendo as seguintes informações acerca dos seus funcionários: nome completo, CPF, função, salário, adicionais, gratificações, benefícios (vale transporte, auxílio alimentação, etc.), horário de trabalho, férias, faltas, ocorrências, bem como, apresentar cópia das Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- w)** Apresentar mensalmente: a relação de empregados alocados à execução do serviço contratado; a prova de regularidade para com a Seguridade Social, em observância ao art. 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual; recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior; pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior; fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação quando cabível; pagamento do 13º salário; concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
- x)** Apresentar mensalmente ao CONTRATANTE o controle diário de frequência;
- y)** Para efetivação da assinatura do Contrato e suas possíveis prorrogações, necessário se faz que o licitante vencedor comprove o encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED, de cada trabalhador disponibilizado para os serviços contratados com o INSS;
- z)** A cada contratação, dispensa, ou pedido de demissão dos empregados alocados à execução do serviço contratado, apresentar as carteiras com os devidos registros



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

e, no caso do fim da relação de emprego, apresentar o comprovante do pagamento da rescisão devidamente homologada conforme legislação vigente;

aa) Pagar os salários dos empregados por meio de depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços e apresentar mensalmente a folha de pagamento com o comprovante dos depósitos dos trabalhadores da empresa CONTRATADA, via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do INSS;

ab) Arcar com o ônus decorrente de equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 57, §1º, da Lei nº 8.666/93 (art. 23, da IN 02/2008);

ac) Arcar com o ônus decorrente de equívoco, conforme inciso anterior, ainda que se trate de eventos futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte (art. 23, §1º, da IN 02/2008);

ad) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

ae) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração

af) Responder por todo e qualquer dano que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, por ato praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, durante a execução dos serviços estipulados neste Contrato, eximindo o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;

ag) Eximir-se de divulgar e fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato, bem como utilizar o nome do INSS para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, sem autorização prévia;

ah) Os funcionários ou prepostos da empresa CONTRATADA deverão apresentar-se nos locais de execução dos serviços, devidamente uniformizados e identificados com crachás contendo foto recente;

ai) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

aj) Cumprir quaisquer formalidades e pagar as multas porventura impostas pelas autoridades competentes, decorrentes da inexecução do objeto ora contratado;

ak) Facilitar e permitir ao CONTRATANTE a qualquer momento, a realização de vistoria e acompanhamento do cumprimento do objeto do Contrato, sem que isso



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

incorra em isenção de responsabilidade da CONTRATADA, assegurado, a qualquer tempo, o direito à plena fiscalização dos serviços licitados, permitindo o livre acesso dos gestores/fiscais a todo o local de execução dos serviços, a toda documentação correlata, permitir a retirada de documentos para diligências pelos gestores/fiscais, tudo independentemente de prévia comunicação à CONTRATADA;

al) Manter durante toda a vigência do Contrato e até 03 (três) meses após o término da sua vigência, a garantia integralizada, reforçando-a ou reconstituindo-a quando se fizer necessário;

am) Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

an) Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de ato danoso, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Contrato a ser firmado;

ao) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;

ap) Realizar suas atividades utilizando profissionais qualificados e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda a legislação pertinente aos serviços prestados e que lhe atribua obrigações, com ênfase tributária, civil, previdenciária e trabalhista;

aq) Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, garantindo que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

ar) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do INSS;

as) Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, bem como as ocorrências havidas;

at) A optante pelo Simples Nacional, contratada para execução de objeto contratual que acarrete sua vedação à permanência no regime especial de arrecadação, deverá comunicar sua exclusão à Receita Federal do Brasil tempestivamente (arts. 17, XII, 30, II, e 31,II, da Lei Complementar nº 123);

au) A CONTRATADA deverá apresentar comprovação de entrega tempestiva de sua comunicação de exclusão do SIMPLES Nacional ao INSS, sob pena da aplicação da multa prevista na tabela penalidades;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

av) A CONTRATADA cumprirá todas as normas estabelecidas pelos órgãos governamentais competentes, em especial a Norma Regulamentadora número 6, do Ministério do Trabalho, atentando para o disposto no subitem 6.5, quanto à recomendação do EPI adequado ao risco existente em cada atividade envolvida na execução do Contrato;

aw) Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

ax) Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;

ay) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;

az) Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

ba) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

bb) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

bc) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

bd) Registrar e controlar, juntamente com o preposto da Administração, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;

be) Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato, conforme exigência legal;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

bf) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos, e equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

bg) Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;

bh) Os serviços deverão ser executados em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento da Administração;

bi) Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como: racionalização de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes; substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água; treinamento/capacitação dos empregados, nos três primeiros meses de execução contratual e periodicamente, sobre boas práticas de redução de desperdício/poluição e reciclagem/destinação adequada dos resíduos sólidos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;

bj) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

bk) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

bl) Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

bm) A CONTRATADA deverá encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes para destinação final, de forma ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Esta obrigação atende à Resolução CONAMA nº 258, de 26 de agosto de 1999;

bn) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartáveis pelo CONTRATANTE, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 03 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

bo) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

bp) Arcar com o ônus de todo o material necessário para a limpeza, conservação, higienização e desinfecção, atendendo às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, fornecendo permanentemente, com a frequência que as circunstâncias o exigirem, os seguintes materiais: água sanitária, álcool, algodão, aspirador de pó, EQUIPAMENTO PRÓPRIO para limpar as longarinas, balde, bomba para desentupir, ceras, desinfetantes, detergentes, enceradeiras, esfregão, escovão, espanador, esponja, estopa, flanela para limpeza, graxa para conservação, limpa-metais, limpa-plástico, limpa-vidros, luva para limpeza, pá de lixo, palha de aço, pano, papel higiênico branco e de boa qualidade, potassa, removedor, rodo, sabão em barra, sabão líquido, sabonete, sabonete líquido, sachê para saboneteira, saco para embalagem ou limpeza, saponáceo, solvente, toalha de papel branco de alta absorção e de primeira qualidade, trincha, vasculhador, vassoura, vassourinha, mangueira, escada, etc.;

bq) As saboneteiras (reservatório) para sabonete líquido e os toalheiros deverão ser fornecidos e instalados pela CONTRATADA, em todos os sanitários existentes nas dependências do INSS;

br) Fornecer papel higiênico branco de boa qualidade folha dupla, sabonete líquido e papel toalha branco de boa qualidade em quantidade e qualidade necessárias;

bs) Finda a limpeza, deverão ser recolocados rigorosamente em seus devidos lugares todas as peças e mobiliários existentes, principalmente cadeiras, lixeiras, mesas, aparelhos telefônicos, armários, etc.;

bt) Observar a proporção mínima de 01 (um) encarregado para cada 30 (trinta) serventes em todas as áreas. Para a área de fachada envidraçada - face externa, adotar-se-á a proporção de 01 (um) encarregado para cada 04 (quatro) serventes.

bu) Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;

bv) Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;

bw) Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

bx) Instalar escritório no município ou na região metropolitana de Belo Horizonte, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caso de impossibilidade de cumprimento da obrigação de pagar os salários dos empregados por meio de depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração possa verificar a realização do pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo mudanças de pontos de atendimento dentro da mesma localidade, durante a vigência do contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a executar os serviços nos novos endereços, arcando com todas as despesas decorrentes de desinstalação, transporte e reinstalação dos equipamentos, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE e mediante simples comunicação por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Cabe ao CONTRATANTE, além dos encargos previstos na Lei nº 8.666/93, as seguintes obrigações:

- a)** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por servidor especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e da IN/SLTI/MP nº 02 de 30.04.2008;
- b)** Permitir acesso dos empregados da contratada as suas dependências para execução dos serviços;
- c)** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos;
- d)** Efetuar o pagamento mensal devido pela execução do serviço, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- e)** Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, aplicando as sanções cabíveis, previstas no edital e seus anexos;
- f)** Proporcionar à CONTRATADA as facilidades e as informações necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- g)** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões do Contrato;
- h)** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato;
- i)** Não remover e manter visível a placa de identificação e marca dos equipamentos de propriedade da CONTRATADA;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

- j) Notificar incontinenter, à CONTRATADA, qualquer violação ou tentativa de violação por parte de terceiros dos direitos de propriedade da CONTRATADA, sobre os equipamentos disponibilizados para os serviços;
- k) Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes da utilização dos equipamentos de propriedade da contratada causados por servidor do INSS, resultante do não cumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato, desde que devidamente comprovados;
- l) Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais;
- m) Disponibilizar instalações sanitárias;
- n) Disponibilizar vestiários com armários guarda-roupas;
- o) Destinar local para guarda dos saneantes domissanitários, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido pelo gestor do contrato, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico e fiscal administrativo do contrato, na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97 e IN/SLTI/MP nº 02/2008.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ao representante designado pelo INSS caberá o ateste das faturas dos serviços prestados, desde que cumpridas as exigências estabelecidas neste Contrato e no Edital de licitação com seus anexos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O ateste de conformidade dos serviços executados cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do serviço ou a outro servidor designado para esse fim.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Para fins do disposto nesta cláusula, poderão ser designados, como auxiliares, servidores lotados em cada uma das Unidades vinculadas à Superintendência Regional II no Estado de Minas Gerais, onde o serviço for prestado, aos quais caberá elaborar relatório mensal, dirigido ao gestor do Contrato, acerca da conformidade da prestação dos serviços na localidade da lotação.

PARÁGRAFO QUARTO – O acompanhamento e a fiscalização do Contrato serão processados nos termos dos arts. 31 a 34 da IN/SLTI/MPOG nº 2/2008.

PARÁGRAFO QUINTO – O gestor do Contrato pode sustar qualquer trabalho/entrega que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PARÁGRAFO SEXTO – A análise prévia da documentação fiscal, trabalhista e previdenciária caberá ao gestor do Contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas será realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos, originais ou autenticados (por cartório ou por servidor da Administração):

I) até o 10º (décimo) dia da prestação dos serviços, e sempre que houver admissão de novos empregados:

1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

II) até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF:

1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
3. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

III) quando solicitado pela Administração, de quaisquer dos seguintes documentos:

1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;
2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;
3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

IV) quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

PARÁGRAFO NONO - Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas exigidos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A Administração deverá analisar a documentação solicitada no inciso IV do Parágrafo anterior no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Caberá também ao Gestor do Contrato:

I - comunicar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil-RFB qualquer irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias.

II - comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE qualquer irregularidade no recolhimento do FGTS dos trabalhadores terceirizados.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO -. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO -. Quando da rescisão contratual, o fiscal deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Até que a contratada comprove o disposto no caput, o órgão ou entidade contratante deverá reter a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual,



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

conforme previsto no instrumento convocatório e nos incisos IV e V do art. 19-A da Instrução Normativa/SLTI/MP nº 2/2008.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, por meio de ordem para depósito em conta corrente da CONTRATADA, após a apresentação dos seguintes documentos:

a) Nota Fiscal/Fatura discriminativa, em 02 (duas) vias, comprovando que os serviços foram executados a contento, entregue até o 3º dia útil posterior ao dia 19 de cada mês, para o atesto pelo setor competente;

a.1) Para aferição do serviço, deve-se considerar o período do dia 20 do mês anterior até o dia 19 do mês em curso;

a.2) O primeiro período de aferição do serviço será encerrado no dia 19, mesmo que inferior a 30 dias.

b) Comprovante da manutenção das condições da habilitação, constatada por meio de consulta “on line” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e do Tribunal Superior do Trabalho, ou na impossibilidade de acesso aos referidos Sistemas, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;

c) Relatório Mensal dos Serviços Executados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para o atesto da fatura mensal pela fiscalização a contratada deverá apresentar a documentação que comprove os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, conforme solicitado pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Ressalvadas as hipóteses previstas no Art. 19A da Instrução Normativa/SLTI nº 2/2008, a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o contratado:

I - não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

II - deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese da não apresentação da documentação nos termos do Parágrafo Oitavo da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO, exceto aqueles que comprovem o pagamento de salários e demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, a CONTRATANTE, sem prejuízo do pagamento, poderá conceder o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a contratada regularize a situação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

PARÁGRAFO QUARTO - Verificada a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado, perante o SICAF e TST, sem prejuízo do pagamento, a CONTRATANTE notificará, por escrito, a CONTRATADA da ocorrência, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, promova a regularização ou apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato. (INSTRUÇÃO NORMATIVA/SLTI/MP Nº 4, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013 e Lei nº 12.440, de 11 de julho de 2011)

PARÁGRAFO QUINTO - Quando do encerramento do contrato, até que a contratada comprove o pagamento das verbas rescisórias ou que os empregados tenham sido realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, o INSS reterá a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviço, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEXTO – A existência de registro no SICAF de aplicação de penalidade à empresa CONTRATADA por órgão da Administração Pública não obsta o pagamento.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA, quando couber, estarão sujeitos à retenção do tributo na fonte, nos termos da legislação tributária vigente.

PARÁGRAFO OITAVO* - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada para a prestação de serviços mediante cessão de mão de obra não poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no §4º, inciso V (locação de bens móveis), e no § 50-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

PARÁGRAFO NONO* - A optante pelo Simples Nacional, contratada para execução de objeto contratual que acarrete sua vedação à permanência no regime especial de arrecadação, deverá comunicar sua exclusão à Receita Federal do Brasil tempestivamente (arts. 17, XII, 30, II, e 31, II, da Lei Complementar nº 123).*

PARÁGRAFO DÉCIMO* - Para efeito de comprovação do disposto no Parágrafo anterior, a contratada deverá apresentar cópia do ofício, enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO* - Fica a CONTRATADA obrigada a informar qualquer alteração de sua condição de optante pelo SIMPLES.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - As notas fiscais/faturas serão obrigatoriamente atestadas, pelo servidor do INSS designado para acompanhar e fiscalizar os serviços, desde que os mesmos tenham sido executados a contento, sem o que não poderá ser feito o pagamento correspondente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes de paga ou relevada a multa que lhe tenha sido aplicada.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Ocorrendo atraso no pagamento, haverá compensação financeira sobre o valor devido, desde que para tanto a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma e que por essa seja requerida, à base de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da fórmula demonstrada a seguir, para o período compreendido entre a data prevista para o adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento:

$$EM = I \times N \times VP \quad \text{onde:}$$

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

I = índice de atualização financeira:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - O INSS não estará sujeito à compensação financeira a que se refere o parágrafo anterior, se o atraso decorrer da prestação irregular dos serviços ou com ausência total ou parcial de documentação hábil, ou pendente de cumprimento pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas do Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Os valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada serão depositados pela Administração em conta vinculada específica, conforme o disposto no art. 19-A e Anexo VII da Instrução Normativa/SLTI/MP nº 2/2008 e somente serão liberados para o pagamento das verbas de que trata e nas seguintes condições:



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º(décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

b) parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

c) parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

d) ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – O disposto nos parágrafos anteriores somente se aplica após a Administração adotar o sistema de conta vinculada para o aprovisionamento das verbas descritas no Parágrafo Décimo Sétimo, conforme regulamentado pela IN SLTI/MP nº 02/2008, com suas alterações, quando os respectivos valores passarão a ser descontados da Nota Fiscal da CONTRATADA, que neste ato autoriza tal procedimento.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - A CONTRATADA autoriza o INSS a fazer o desconto nas faturas e a realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos, sem prejuízo das sanções cabíveis e a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista na Cláusula Sexta deste Contrato.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o parágrafo anterior pelo INSS, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - A CONTRATADA somente receberá pagamento pelos quantitativos de serviço efetivamente executados pela empresa.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - O pagamento mensal não ultrapassará o valor necessário ao custeio dos quantitativos mensalmente utilizados.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO - Acréscimos na demanda por serviços que motivem alterações quantitativas e/ou qualitativas na execução contratual somente poderão ensejar os correspondentes pagamentos se as modificações forem previamente estabelecidas no termo de referência, aprovadas pela autoridade competente e formalizadas em termo aditivo.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - O termo aditivo não poderá ensejar efeitos financeiros retroativos. Portanto, estão vedados pagamentos por serviços



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

executados em data anterior à assinatura do termo aditivo, se não estavam originalmente previstos no(s) contrato e/ou termo de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este Contrato poderá ser alterado, nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei nº 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, em decorrência de aumento ou diminuição quantitativa do objeto licitado, e obedecendo-se as condições inicialmente previstas no Contrato, ficará obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários à execução dos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica facultada, entretanto, a supressão além do limite acima estabelecido, mediante consenso entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

É admitida a repactuação/reajuste deste Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta, e a data limite para a apresentação da proposta em relação aos demais insumos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação da respectiva parcela.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, para a variação de custos relativos à mão de obra vinculada à data base da categoria.

PARÁGRAFO QUARTO – A solicitação da contratada de reajuste dos custos envolvendo insumos e materiais somente poderá ser deferida após o período de um ano, contado da data limite para a apresentação da proposta, utilizando-se, para tanto, o índice de reajustamento IPCA/IBGE e aplicando-se a seguinte fórmula:

$R = \frac{V}{I} (I - I^0)$, onde:



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

1º

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor constante da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

Iº = Índice relativo ao mês da proposta.

PARÁGRAFO QUINTO – Os reajustes de insumos e materiais, descritas no parágrafo anterior, subsequentes à primeira, serão efetuadas apenas quando se completarem períodos múltiplos de um ano, contados sempre da última repactuação de insumos e materiais.

PARÁGRAFO SEXTO – No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o INSS pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos diversos será, obrigatoriamente, o definitivo.

PARÁGRAFO OITAVO – Caso o índice estabelecido para o reajuste de insumos e materiais venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO NONO – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Independentemente do requerimento de reajuste dos custos com insumos e materiais, o INSS verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor com o objetivo de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro da contratação e promoverá a redução dos valores correspondentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A repactuação será formalizada por meio de apostilamento, salvo quando coincidir com a prorrogação contratual, quando será formalizada por meio de Termo Aditivo ao contrato vigente.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - As repactuações relativas aos custos de mão de obra vinculados à data base de cada categoria serão efetuadas somente com fundamento em Convenção, Acordo Coletivo de Trabalho, Sentença Normativa, ou por força de lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A repactuação não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, bem como no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA, no curso da execução do Contrato, estará sujeita às seguintes penalidades, garantidos o contraditório e a prévia e ampla defesa:

- a) advertência, com fundamento no art. 87, I, da Lei nº 8.666/1993;
- b) multa, com fundamento no art. 7º, da Lei nº 10.520/2002 e art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal e descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, com fundamento no art. 7º, da Lei nº 10.520/2002;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o INSS, por prazo não superior a 2 (dois) anos, com fundamento no art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

I – Os valores da multa pela ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, assim considerado pelo CONTRATANTE, hipótese em que responderá pela inexecução parcial ou total do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades e das responsabilidades civil e criminal, são:

- a) 0,16% (zero vírgula dezesseis por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso até 15 (quinze) dias;
- b) 5% (cinco por cento) do valor mensal do contrato, a ser calculado sobre a parte não cumprida (inadimplida) pela CONTRATADA, em caso de atraso por período superior ao previsto na alínea anterior, até 30 (trinta) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, podendo ainda ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

II – na ocorrência das infrações identificadas na tabela 1, abaixo:



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

a) multa, de acordo com os graus atribuídos, conforme a tabela 2 a seguir, que indicarão o respectivo percentual da penalidade:

Tabela 1

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais, por ocorrência;	06
02	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	05
03	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
04	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado, sem crachá, por empregado e por ocorrência;	01
05	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Zelar pelas instalações do INSS utilizadas, por item e por dia;	03
07	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por empregado e por dia;	01
08	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
09	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia;	01
10	Entregar os salários, vales-transporte ou ticket-refeição nas datas avençadas, por ocorrência e por dia, até o limite de 05 (cinco) dias;	01
11	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia;	04
12	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência;	02
13	Fornecer 02 (dois) uniformes completos e adequados às diferentes condições climáticas, anualmente, por funcionário e por ocorrência;	02
14	Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução deste Contrato, por dia e por ocorrência;	05
15	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não	01



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
	previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência;	
16	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	02
17	Apresentar comprovação de entrega tempestiva de sua comunicação de exclusão do SIMPLES Nacional ao INSS.	02
18	Efetuar o pagamento do seguro, do vale-transporte e do auxílio alimentação ou de recolher as contribuições sociais e previdenciárias, quando o inadimplemento perdurar por mais de 15 (quinze) dias, por ocorrência.	06
19	Efetuar o pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação ou de recolher as contribuições sociais e previdenciárias, quando o inadimplemento perdurar por mais de 05 (cinco) dias, por ocorrência.	06

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% por dia do valor mensal do Contrato, a ser calculado sobre a parte não cumprida (inadimplida) pela CONTRATADA.
02	0,4% por dia do valor mensal do Contrato, a ser calculado sobre a parte não cumprida (inadimplida) pela CONTRATADA.
03	0,8% por dia do valor mensal do Contrato, a ser calculado sobre a parte não cumprida (inadimplida) pela CONTRATADA.
04	1,6% por dia do valor mensal do Contrato, a ser calculado sobre a parte não cumprida (inadimplida) pela CONTRATADA.
05	3,2% por dia do valor mensal do Contrato, a ser calculado sobre a parte não cumprida (inadimplida) pela CONTRATADA.
06	4,0% por dia do valor mensal do Contrato, a ser calculado sobre a parte não cumprida (inadimplida) pela CONTRATADA.

III - Eventual desistência da CONTRATADA após sua expressa manifestação de interesse na prorrogação contratual ensejará a aplicação de pelo INSS, multa de 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades e responsabilidade civil pelos prejuízos causados ao interesse público.

IV – O valor máximo da multa aplicada não pode superar 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato, por evento, exceto na hipótese do inciso anterior.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, elevando-se o prazo para 10 (dez) dias úteis, no caso da penalidade prevista na alínea “e”.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de reincidência específica na infração de grau 06 prevista no item II, Tabela 2 desta Cláusula, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 10% (dez por cento), ao dia, do valor mensal do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de reincidência específica, pela segunda vez, nas infrações de graus 05 e 06 previstas no item III, Tabela 2 desta Cláusula, restará caracterizada a inexecução parcial do Contrato e, em nova reincidência, inexecução total do Contrato, ensejando a rescisão unilateral da avença.

PARÁGRAFO QUARTO - O valor da multa aplicada deverá ser recolhido na Seção de Orçamento, Finanças e Contabilidade do CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação, ou será descontado por ocasião do pagamento a ser efetuado pelo INSS, podendo ainda ser descontado da garantia oferecida ou cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As penalidades somente poderão ser relevadas nos casos para os quais a CONTRATADA não tenha, de qualquer forma, concorrido ou dado causa, devidamente comprovados por escrito e aceitos pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEXTO - A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE os casos de que trata o item anterior, dentro do prazo de 02 (dois) dias consecutivos contados de sua verificação e apresentar os documentos da respectiva comprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O CONTRATANTE, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação mencionados no Parágrafo Sexto, deverá aceitar ou recusar os motivos alegados, oferecendo por escrito as razões de sua eventual aceitação ou recusa.

PARÁGRAFO OITAVO - Se a infração administrativa prevista nesta Cláusula for tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas ao Corregedor-Geral do INSS, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Portaria INSS/PRES nº 781, de 12 de agosto de 2015.*

PARÁGRAFO NONO - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não tipificadas como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.*



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PARÁGRAFO DÉCIMO - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.*

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Fica caracterizada como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão deste Contrato pode ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, notificando-se a CONTRATADA, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE; ou
- c) judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão deverá ser acompanhada do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos, da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e das indenizações e multas.

PARÁGRAFO QUINTO - O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

I - O presente Contrato fundamenta-se:

- a) na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005 e na IN nº 02/2008;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

b) na Lei nº 8.666/1993;

c) na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, no que couber.

II - O presente Contrato vincula-se aos termos:

a) do Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2016, e seus anexos, constante do processo nº 35663.000062/2016-78;

b) da proposta vencedora da CONTRATADA;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada, em extrato, no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, na forma prevista no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Subseção Judiciária de Minas Gerais, Seção Judiciária da Justiça Federal de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro.

E para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, cujo extrato fica registrado no Livro Especial do CONTRATANTE, de acordo com o artigo 60 da Lei nº 8.666/1993, o qual, depois de lido, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas, abaixo nomeadas.

Belo Horizonte, 03 de novembro de 2016.

Valério José de Almeida Filho
Superintendente Regional Sudeste II
Substituto

PELO CONTRATANTE

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ASSINATURA CPF/MF

ASSINATURA CPF/MF